

**MINAS GERAIS**  
**E A REGIÃO DE PLANEJAMENTO VIII – RIO DOCE\* :**  
**EMIGRANTES INTERNACIONAIS**  
**E SALDOS MIGRATÓRIOS DA DÉCADA DE 1980**

*José Alberto Magno de Carvalho*<sup>\*\*</sup>

*Marisa Valle Magalhães*<sup>\*\*\*</sup>

*Ricardo Alexandrino Garcia*<sup>\*\*</sup>

*Weber Soares*<sup>\*\*\*</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Os últimos censos demográficos brasileiros, particularmente o de 1980 e o de 1991, reúnem um conjunto notável de informações relacionadas ao fenômeno das migrações. Embora nem sempre as pesquisas sobre o tema tenham feito juz à variedade e qualidade dos dados disponíveis, essa oferta passou a estimular o desenvolvimento de inúmeras contribuições metodológicas voltadas à estimação dos mais diversos tipos de eventos migratórios. Ora explorando os métodos diretos, ora potencializando as técnicas indiretas, ou ainda sugerindo a combinação entre eles, tais avanços vêm ampliando sobremaneira as possibilidades de aprofundar o conhecimento sobre os intensos, e por vezes complexos, movimentos migratórios presentes na sociedade brasileira.

Grande parte da produção metodológica nessa área vem sendo desenvolvida por uma equipe de professores, pesquisadores e alunos do CEDEPLAR, dedicada aos estudos sobre as migrações, sob a coordenação do Professor José Alberto Magno de Carvalho. Assim, diversos trabalhos de tese, dissertações, relatórios de pesquisa e artigos científicos, já publicados, investiram no aperfeiçoamento de importantes proposições de métodos e técnicas direcionados à estimação de categorias analíticas, como saldos migratórios intercensitários, migração de retorno, migração por etapas, emigração internacional.

---

\* Estimativas preliminares dos saldos migratórios e dos emigrantes internacionais dessa Região foram apresentadas em Garcia, Soares (1999).

\*\* Professor do Departamento de Demografia da UFMG e pesquisador do CEDEPLAR/FACE/UFMG.

\*\*\* Doutorandos em Demografia no CEDEPLAR/FACE/UFMG.

O presente artigo tem o objetivo de aplicar ao caso de Minas Gerais, como um todo, e de sua Região de Planejamento VIII – Rio Doce<sup>1</sup> –, um conjunto de procedimentos, desenvolvidos por Carvalho, Rigotti (1998), e Rigotti (1999), para a estimação de saldos migratórios relativos ao período 1981/91, que permite, também, estimar o número de emigrantes internacionais do quinquênio 1986/91. Sabe-se que Minas Gerais, bem como outras Unidades da Federação, como São Paulo e Paraná, passou a dar origem, nos anos 80, a significativos fluxos emigratórios com destino a outros países. Dentro do Estado, a região de Governador Valadares, parte integrante da Região de Planejamento VIII, ganhou notoriedade em função da intensa evasão de população com destino aos Estados Unidos. A possibilidade de produzir estimativas sobre esse tipo de fluxo emigratório através de técnicas indiretas, dada a ausência de registros administrativos que permitam sua mensuração de forma direta, constitui um desafio metodológico e propicia, sem sombra de dúvida, um avanço analítico.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Censo Demográfico brasileiro de 1991 introduziu uma importante inovação, ao pesquisar o nome do município, a Unidade da Federação e a situação do domicílio onde os indivíduos residiam há exatamente cinco anos atrás (1º de setembro de 1986). A partir dessas informações, é possível mensurar, para determinada unidade espacial de análise, o número de imigrantes, intra ou internacionais, e o de emigrantes intranacionais que a área recebeu ou perdeu, no quinquênio 1986/91. Nesse conjunto de informações, no entanto, faltam os emigrantes internacionais do período. Para se chegar ao saldo migratório do quinquênio, definido como a diferença entre o total de imigrantes e o total de emigrantes da região, é preciso que se disponha do número estimado de emigrantes internacionais.

---

1 Neste trabalho adotou-se a regionalização para fins de planejamento que vigorava oficialmente no Estado de Minas Gerais em 1989 (Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1993), a saber:  
Região I – Metalúrgica e Campo das Vertentes;  
Região II – Mata;  
Região III – Sul;  
Região IV – Triângulo e Alto Paranaíba;  
Região V – Alto São Francisco;  
Região VI – Noroeste;  
Região VII – Jequitinhonha;  
Região VIII – Rio Doce.

Carvalho, Rigotti (1998), e Rigotti (1999), ao proporem uma metodologia de estimação de saldos migratórios quinquenais, que associa métodos indiretos à utilização do quesito sobre migração de data fixa, apontam um caminho metodológico para estimar a emigração internacional partindo desse quesito. O procedimento consiste em alocar, em 1986, a população recenseada em 1991 que declarou estar residindo em dada unidade espacial, na data fixa (01/09/1986). Como uma parcela da população faleceu entre 1986 e 1991 e, portanto, não foi recenseada, é necessário que se aplique ao contingente de 1991 o inverso de uma razão de sobrevivência representativa do quinquênio<sup>2</sup>, para saber quantos estavam vivos no início do período. Nessa população reconstituída de 1986, no entanto, estarão faltando os emigrantes internacionais do intervalo 1986/91. Uma vez que, nos anos 80, não se procedeu a nenhuma contagem populacional no País no meio da década, como houve nos anos 90, é preciso que se obtenha uma estimativa da população residente em 1986 nas áreas em estudo que, comparada à população reconstituída para aquele ano, forneça uma *proxy* do número de pessoas residentes na região em 1986, que comporia a emigração internacional do quinquênio 1986/91, se toda ela se desse instantaneamente no primeiro momento do dia 02/09/1986. Para se obter os emigrantes internacionais da região, sobreviventes em 01/09/1991, deve-se multiplicar aquele número pela razão de sobrevivência do quinquênio 1986/91.

Essa estimativa será um dos componentes do saldo migratório do quinquênio 1986/91, da área em estudo. A estimação do saldo migratório para o quinquênio 1981/86 somente pode ser feita através de técnica indireta, o que impede a obtenção em separado do número de imigrantes e de emigrantes. A partir da população censitária de 1980, ajustada para 1981, estima-se a população que se esperaria em 1986, caso esta fosse fechada à migração. Em outras palavras, a população “esperada” para 1986 seria constituída pelos que sobreviveriam durante o intervalo 1981/86, acrescida das crianças que nasceriam e

---

2 Carvalho e Rigotti, para estimarem saldos migratórios quinquenais, partem do método das Razões Intercensitárias de Sobrevivência do País, ajustadas à mortalidade da região. Para isso, demonstram *que a correção da RIS de uma região qualquer, para os anos 80, depende apenas da RIS do País nos anos 70 – quando a população podia ser considerada fechada – e do ajuste da mortalidade da região na década de 80, em relação à mortalidade brasileira no decênio anterior* (Carvalho, Rigotti, 1998, p. 10), através das respectivas relações de sobrevivência. Essas relações decenais de sobrevivência provêm de tabelas de mortalidade construídas para a região, para o período em estudo, e para o Brasil, referente à década de 1970. Em seguida, os autores propõem uma forma de transformar matematicamente razões decenais de sobrevivência em razões quinquenais de sobrevivência. Para maiores esclarecimentos, ver Carvalho, Rigotti (1998, principalmente p. 9-13).

sobreviveriam no mesmo intervalo, caso permanecesse fechada. Da comparação entre população “esperada” e observada em 1986, extrai-se o resíduo, ou o saldo migratório do quinquênio 1981/86. Esse saldo, portanto, traz implícito o mesmo conceito de imigrantes e emigrantes de datas fixas, subjacente ao dado da informação direta. A partir dos saldos estimados para os dois períodos, o saldo migratório decenal será o saldo do segundo quinquênio, acrescido dos sobreviventes do saldo do primeiro quinquênio, e constituirá um importante indicador da contribuição das migrações ao crescimento populacional da década de 1980 (Carvalho, Rigotti, 1998).

Do exposto, percebe-se que essa abordagem depende basicamente da qualidade da informação censitária sobre migração de data fixa, da utilização de relações de sobrevivência representativas da área e do período em questão, e da precisão da estimativa da população residente no ano de 1986. A informação de data fixa depende estreitamente dos erros de memória. É possível que seja mais difícil para um indivíduo lembrar-se do local de residência em determinada data, do que lembrar-se do nome do último lugar de residência, ou de há quanto tempo reside no mesmo local. Carvalho *et al.* (1998), entretanto, ao analisarem a consistência dos dados de migração de última etapa e de data fixa do Censo Demográfico brasileiro de 1991, concluem que, pelo menos no caso analisado pelos autores, o dado de data fixa apresenta-se mais confiável do que o de última etapa.

No que diz respeito às relações de sobrevivência implícitas nas estimativas dos saldos do primeiro e do segundo quinquênios<sup>3</sup>, estas precisam ser derivadas de tábuas de mortalidade construídas para a população da área em estudo, para o período em foco. Conforme alerta Rigotti (1999, p. 38), *um aspecto fundamental para a confiabilidade dos resultados desta técnica é o uso de funções de mortalidade adequadas*. Esse autor, em seu estudo, trabalha com quatro diferentes funções de mortalidade para a região “j”, com o intuito de *estabelecer um intervalo no qual deve estar contido o verdadeiro saldo* (Rigotti, 1999, p. 39), e, por decorrência, o número de emigrantes internacionais. Para a presente aplicação, optou-se por adotar apenas uma tábua de mortalidade para cada unidade espacial envolvida, com desagregação por sexo. No caso de Minas Gerais e da Região de Planejamento Rio Doce, foram utilizadas tábuas, por sexo, desenvolvidas pelo CEDEPLAR a partir de dados de óbitos provenientes do Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM – do Ministério da Saúde, corrigidos por fatores de correção de sub-registro estimados através das técnicas de Growth Balance e de Preston e Coale (CEDE-

---

3 Ver nota de rodapé n. 2.

PLAR, 1999). Já a tabela de sobrevivência estimada para o Brasil, referente à década de 70, foi tomada de Carvalho, Pinheiro (1986).<sup>4</sup>

Quanto à necessidade de se dispor de uma estimativa da população residente para 1986, uma forma simples de estimar uma população para um período intercensitário é através da taxa média anual de crescimento geométrico calculada para o período, por coorte. Essa forma de interpolação supõe que o crescimento populacional ao longo do período tenha se dado a uma taxa constante. Rigotti (1999) tece uma discussão minuciosa das implicações desse tipo de procedimento sobre as estimativas da emigração internacional e conclui que essas devem ser interpretadas apenas como uma aproximação, pois algumas coortes da população residente estimada para o meio do período podem estar subestimadas, e outras, sobrestimadas. Ainda que com cautela, este trabalho adotou a taxa média geométrica de incremento anual do período 1981/91 para estimar a população residente nas áreas em estudo, em 1986.

### 3 EMIGRANTES INTERNACIONAIS E SALDOS MIGRATÓRIOS

O intenso crescimento da economia com sua grande capacidade de geração de empregos, as altas taxas de crescimento demográfico e a reorganização socioeconômica do território brasileiro ensejaram o padrão migratório que prevaleceu de 1940 até 1980. Suas características essenciais adquirem a seguinte discriminação:

- 1) trajetórias dominantes que tinham como origem dois grandes reservatórios de força de trabalho – Minas Gerais e Nordeste – e como destino as regiões de expansão industrial – São Paulo e Rio de Janeiro – e a fronteira agrícola – Paraná, Centro-Oeste e a Região Norte;
- 2) trajetórias secundárias entre estados vizinhos articuladas ou não às dominantes. São notáveis os fluxos de São Paulo e dos estados do Sul em direção ao Paraná e ao Centro-Oeste e do Espírito Santo em direção ao Rio de Janeiro;
- 3) prevalência das migrações campo-cidade em todos os estados;

---

4 Conforme exposto na nota de rodapé n. 2, a mortalidade do País, vigente nos anos 70, período em que a população brasileira podia ser considerada fechada, compõe o procedimento de ajuste da mortalidade da região “j”.

- 4) grande peso das migrações de longa distância;
- 5) forte tendência de concentração da população nas cidades com mais de 1 milhão de habitantes e nas regiões metropolitanas entre 1950 e 1980 (Brito, 1997).

A partir da década de 70, Minas Gerais, que até então despontava como um dos estados brasileiros que mais perdiam população para outras regiões do País, passa a sofrer o declínio dos fluxos populacionais de saída e o aumento dos fluxos de entrada, principalmente os de retorno (Carvalho *et al.*, 1998). Todavia, é nos anos 80, com a alteração das condições estruturais que deram suporte ao padrão migratório 1940/80, que Minas passa a contribuir com uma tipologia de movimentos populacionais bem mais complexa do que a anterior. A literatura aponta como traços principais desses movimentos:

- 1) a redução do volume dos fluxos migratórios;
- 2) o maior peso das migrações de curta distância e intra-regionais;
- 3) a maior incidência das migrações de retorno;
- 4) a alteração da tendência à concentração urbana nas grandes capitais e regiões metropolitanas (Brito, 1997);
- 5) a emigração internacional (Soares, 1995; Assis, 1995; Sales, 1999; Martes, 1999).

Ao exportar significativa parcela de sua força de trabalho para outros países, Minas Gerais e a Região de Planejamento Rio Doce contribuem para alterar, em termos populacionais, o caráter “imigrantista” que o Brasil carregava até recentemente. A recenticidade desse fluxo internacional encontra eco no que autores brasileiros levantam como causas dele:

- 1) a hiperinflação e as condições de incerteza econômica que afetaram o Brasil, especialmente a classe média, nos anos 80 (Margolis, 1994);
- 2) a reestruturação produtiva, que responde por mercados de trabalho cada vez mais seletivos e competitivos, com reduzidas perspectivas de recomposição do nível de emprego formal, acarreta a impossibilidade de a migração interna garantir a mobilidade social conquistada em décadas passadas por migrantes inter-regionais (Brito, 1995);

- 3) a busca de ascensão social por meio da elevação da renda, do poder de consumo, da formação de poupança e da ampliação do capital humano individual (Soares, 1995; Martes, 1999; Sales, 1999);
- 4) as redes sociais (Sales, 1999; Martes, 1999).

A importância da emigração internacional na dinâmica populacional de Minas Gerais e da Região de Planejamento Rio Doce, especialmente a partir da segunda metade da década de 80, expressa-se na Tabela 1. Verifica-se, pela configuração exibida pelos dados, que o número de pessoas que saiu do Estado para outros países, entre 1986 e 1991, foi da ordem de 153 mil e da Região de Planejamento Rio Doce, 48 mil. Os dados revelam a importância da Região do Rio Doce na dinâmica migratória internacional: ela contribuiu com quase 32% do fluxo do Estado no período, enquanto sua população representava, em 1991, cerca de 10% da população estadual. Por outro lado, a distribuição, por sexo, dos emigrantes de Minas e da Região não denuncia grandes diferenças: homens e mulheres aparecem em proporções equilibradas nos dois casos. No fluxo mineiro, a participação dos homens é de 58,8% e a das mulheres com 41,2%, e, no regional os homens contribuem com 49,7% e as mulheres com 50,3%.

**Tabela 1**

EMIGRANTES E IMIGRANTES INTERNACIONAIS E INTRANACIONAIS DE MINAS GERAIS E DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO VIII, RIO DOCE, POR SEXO, PARA O PERÍODO 1986/1991 – 1991

Categoria	Minas Gerais			Região Rio Doce		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Emigrantes internacionais	90.175	63.309	153.484	24.196	24.460	48.656
Imigrantes internacionais	2.873	1.812	4.685	443	328	771
Emigrantes intranacionais	239.414	239.980	479.394	75.053	80.358	155.411
Imigrantes intranacionais	188.173	184.509	372.682	31.620	32.673	64.293

Fonte dos Dados Brutos: Censo Demográfico 1991 – IBGE (arquivo de microdados).

Nota: Uma vez que os dados brutos derivam de informações de data fixa, as estimativas incorporam apenas as pessoas com cinco anos e mais de idade.

Quanto aos demais fluxos, cabe observar que os imigrantes internacionais da Região do Rio Doce representavam cerca de 16,5% das pessoas que entraram no Estado, vindas de outros países. Verifica-se, ainda, que as perdas

intranacionais da Região<sup>5</sup> e de Minas, no período 86/91, foram, respectivamente, de 155 411 e de 479 394 pessoas. Já os que, de outras regiões do País, entraram no Estado e na Região totalizaram, naquele caso, 372 682 pessoas e, neste, 64 293.

Enfim, fica clara certa convergência dessas estimativas, que indicam, no quinquênio 86/91, a expressiva contribuição da Região de Planejamento Rio Doce na emigração internacional de Minas Gerais, sobre a pesquisa que confere a Governador Valadares o primeiro lugar entre as dez cidades brasileiras com maior número de emigrantes em Massachusetts (Martes, 1999), bem como sobre a informação de que o número aproximado de emigrantes valadarenses residentes no exterior correspondia a cerca de 14,5% da população do município de Governador Valadares em 1991 (Soares, 1995).

Com as estimativas sobre a emigração internacional de Minas Gerais e da Região de Planejamento Rio Doce, é possível chegar aos saldos migratórios do quinquênio 1986/91, que, decompostos em saldos migratórios internacionais e saldos migratórios intranacionais ou domésticos, permitem explicitar a participação da migração interna e da externa nos saldos do período. A Tabela 2 traz esses resultados e, como se observa, todas as modalidades de saldos foram negativas para ambas as unidades espaciais em estudo. As trocas migratórias entre a Região do Rio Doce e o exterior do País foram menores do que as trocas entre a Região e o restante do Brasil. Afirmação que não pode ser feita em relação ao Estado, pois a perda populacional de Minas para outros países superou a intranacional, neste caso, as interestaduais.

A Tabela 3 apresenta, além dos saldos relativos ao período 1986/91, os saldos migratórios estimados para o quinquênio 1981/86 e para o decênio 1981/91. As estimativas assumem uma configuração de acordo com o que se conhece sobre o movimento migratório internacional, especialmente no caso da Região Rio Doce. Os saldos são negativos para ambos, Minas e Região, tanto em 81/86 quanto em 86/91: enquanto no Estado a perda foi de 324 297 pessoas, naquele período, e de 255 511, neste, na Região foi de 152 857 e de 138 993, respectivamente. Ao discriminar os saldos migratórios por sexo, não se verificam grandes diferenças nas perdas líquidas de homens e de mulheres, tanto no Estado, quanto na Região – os números sugerem proporções equilibradas.

---

5 As perdas e ganhos da Região de Planejamento Rio Doce não se referem, como destino e origem, apenas às demais Unidades da Federação, mas, também, às demais regiões de Minas Gerais.



**Tabela 2**

SALDOS MIGRATÓRIOS TOTAL, INTRANACIONAL E INTERNACIONAL DE MINAS GERAIS E DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO VIII, RIO DOCE, POR SEXO, PARA O PERÍODO 1986/1991

Modalidade	Minas Gerais	Região Rio Doce
Saldo migratório total	-255.511	-139.003
Homens	-138.543	-67.186
Mulheres	-116.968	-71.817
Saldo migratório intranacional	-106.712	-91.118
Homens	-51.241	-43.433
Mulheres	-55.471	-47.685
Saldo migratório internacional	-148.799	-47.885
Homens	-87.302	-23.753
Mulheres	-61.497	-24.132

Fonte dos Dados Brutos: Censo Demográfico 1991 – IBGE (arquivo de microdados).

Nota: Saldos migratórios estimados apenas para a população de cinco anos e mais de idade.

**Tabela 3**

SALDOS MIGRATÓRIOS QUINQUÊNAIS E DECENAI, POR SEXO, DE MINAS GERAIS E DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO VIII, RIO DOCE, DO PERÍODO 1981/1991

Período	Minas Gerais			REGIÃO Rio Doce		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1981/1986	-181.002	-143.295	-324.297	-75.640	-77.217	-152.857
1986/1991	-138.543	-116.968	-255.511	-67.186	-71.817	-139.003
1981/1991	-305.765	-246.105	-551.870	-134.054	-139.320	-273.374

Fonte dos Dados Brutos: Censo Demográfico 1991 – IBGE (arquivo de microdados).

Nota: Saldos migratórios estimados apenas para a população de cinco anos e mais de idade.

Por fim, os saldos migratórios do decênio 1981/91 informam que, nesse período, a Região Rio Doce teria perdido aproximadamente 134 mil homens e 139 mil mulheres; enquanto a perda estadual seria de 305 765 homens e de 246 105 mulheres. Os respectivos quocientes das relações de cada um desses saldos com a população observada em 1991 revelam que na Região Rio Doce a população masculina deveria ser 17,9% maior e a feminina 17,2% maior, na ausência de migrações; já, no Estado, o número de homens e o de mulheres deveriam ser, respectivamente, 3,9% e 3,1% maiores, caso não houvesse migração.

#### 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. *Audiências públicas regionais: diagnóstico preliminar – macrorregião VIII*, Rio Doce. Belo Horizonte: Departamento de Consultoria e Pesquisa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v. 2, 1993.
- ASSIS, Gláucia. *Estar aqui, estar lá: uma cartografia da vida em dois lugares*. Florianópolis: UFSC, 1995. 234p. (Dissertação).
- BRITO, Fausto. Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, ABEP, v. 12, n. 1-2, p. 21-33, jan./dez. 1995.
- , *População, espaço e economia urbana numa perspectiva histórica: o caso brasileiro*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1997. 100p. (Tese, Doutorado em Demografia).
- CARVALHO, José Alberto M. de, PINHEIRO, Sílvia de M. G. *Fecundidade e mortalidade no Brasil – 1970/80*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1986. 151p. (Relatório de Pesquisa).
- , O saldo dos fluxos migratórios internacionais do Brasil na década de 80 – uma tentativa de estimação. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, ABEP, v. 13, n. 1, p. 3-14, jan./jun. 1996.
- , RIGOTTI, José Irineu R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Brasília, ABEP, v. 15, n. 2, p. 7-17, jul./dez. 1998.
- , *et al.* Dados de migração de última etapa e data fixa do Censo Demográfico brasileiro de 1991: uma análise preliminar de consistência. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1998a. (CD-ROM).
- , *et al.* Minas Gerais, uma nova região de atração populacional? In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 8, 1998, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1998b. p. 397-420.

- CEDEPLAR. *Projeção populacional das Unidades da Federação, Brasil, por sexo e grupos quinquenais de idades, 1990-2020*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1999. (mimeo. Trabalho realizado no âmbito do Projeto “Dinâmica Demográfica, Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas”. PRONEX/CEDEPLAR/UFMG, 41/96/0892).
- GARCIA, Ricardo A., SOARES, Weber. Estimativa dos SM, das TLM e dos emigrantes internacionais da Macrorregião VIII – Rio Doce (versão preliminar). In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2, 1999, Ouro Preto. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2000. (No prelo).
- MARGOLIS, Maxine L. *Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas: Papirus, 1994.
- MARTES, Ana Cristina B. *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre os imigrantes em Massachusetts*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- RIGOTTI, José Irineu R. *Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1999. 141p. (Tese, Doutorado em Demografia).
- SALES, Teresa. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SOARES, Weber. *Emigrantes e investidores: redefinindo a dinâmica imobiliária valadarense*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1995. 178p. (Dissertação).
- . Emigração e (i) mobilidade residencial: momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação social no espaço urbano. In: REIS, Rosana R., SALES, Teresa (Orgs.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.

Branca